

O IPM ZONA NORTE DO PARANÁ: O REGIME MILITAR E A REPRESSÃO

Patrícia Yuri Martins Aogui (CNPq/UEM), Prof. Dr. Angelo Priori (Orientador),
email:angelopriori@uem.br

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas/Maringá,
PR.

7.07.03-9 História do Brasil República

Palavras-chave: Ditadura militar; repressão, Justiça militar;

Resumo

Este artigo é o resultado de uma iniciação científica e o início de uma pesquisa que tomará rumos maiores e futuros. O projeto teve como objetivo analisar o desenvolvimento dos primeiros processos de repressão política ocorridos durante os primeiros anos da Ditadura Militar, dando enfoque nos eventos na região Norte do Estado do Paraná.

Durante a década de 1960, o Brasil vivia uma fase que quase fora perdida na memória da população. O golpe de 1964 contradisse todos os direitos constitucionais e transformou o país em um governo ditatorial comandado pelos militares. Tanto que muitos cidadãos foram presos e processados por não concordar com este ato político autoritário.

Para punir os adversários, os militares adotaram procedimentos jurídicos através dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs). Os processos conhecidos como "IPM zona norte do Paraná" foram um conjunto de procedimentos jurídicos que tinham a função de prender e condenar os militantes políticos e sindicais do Norte do Paraná. Para este estudo utilizamos o IPM de número 282 que trata de questões a cerca do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Este IPM faz parte dos processos recolhidos pelo projeto "Brasil Nunca Mais".

Introdução

Entre os anos 1964-1985, o Brasil viveu sob um governo ditatorial militar. Desde os primeiros momentos, foram utilizados instrumentos de exceção que tinham como objetivo silenciar a oposição política. O Estado Autoritário declarou Atos Institucionais que acabaria ainda mais com os direitos

constitucionais dos cidadãos comuns e políticos brasileiros. Inúmeros mandatos foram cassados e, como consequência, vieram os Inquéritos Policiais Militares (IPMs), que tinha como ideia central punir, silenciar e reprimir os cidadãos que participavam da cena política nacional. Os inquéritos consideravam todas as pessoas que tinham algum vínculo com partidos políticos ou sindicatos, eram subversivas.

Dado o golpe no dia 01 de abril de 1964, o regime de exceção passa a se espalhar por todo o país, reprimindo todos aqueles que agissem contra os militares, que eles consideravam subversivos. Ou seja, todos aqueles que não agissem segundo as vontades do regime militar. O medo do comunismo era propagado em todo o cenário nacional brasileiro. Aliás, todos aqueles que não pensavam como os militares poderiam ser nominados de comunistas, ou seja, os inimigos internos, e portanto, precisavam ser exterminados da sociedade. Assim sendo, os IPMs foram instaurados na região norte do Paraná tendo como objetivo a condenação e a prisão de sindicalistas da região e de militantes políticos. Através deles, seria possível desarticular a oposição e, principalmente, silenciar as mesmas.

Com os militares no poder, foram se efetivando novos mecanismos de exceção no cenário político. Os atos praticados, segundo Maria Helena Moreira Alves, possuía a justificativa de que agiam em prol da defesa da Segurança Nacional. E, também, fora construído um discurso pelo regime de que a sociedade brasileira corria perigo e era necessário combater um inimigo interno. Tal inimigo interno só poderia ser abatido com o poder militar comandando a política governamental brasileira.

O sistema de repressão foi atuante em todo o país, entretanto, o trabalho em questão tem em foco nas análises de um IPM sobre o Estado do Paraná. Diante do cenário político enfatizado até então, o objetivo deste projeto foi o de analisar como foram montados os primeiros processos de repressão política, optando-se por analisar o Inquérito Policial Militar – BNM nº 282, que abrange os anos de 1964 a 1965.

Materiais e métodos

O material utilizado neste projeto foram os Inquéritos Policiais Militares que foram instalados no Norte do Paraná, especificamente entre os anos 1964 e 1965. O processo escolhido entre os inúmeros existentes, foi o IPM de número 282. Os IPMs foram também conhecidos como BNMs devido aos processos terem sido recolhidos pela Arquidiocese de São Paulo, que produziu o projeto Brasil: Nunca Mais - BNM (ARQUIDIOCESE, 1985). Os processos estão arquivados no arquivo Edgar Leuenroth da Unicamp, entretanto, o Laboratório de Pesquisa em História Política (Lappom) do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM), possui cópias digitalizadas destes. Todos os processos do projeto Brasil: Nunca Mais também se encontram digitalizados em um portal na internet, conhecido como BNM digital.

Dada a concepção de que não cabe ao historiador apenas reconstruir a realidade à luz dos documentos, trabalhar com os IPMs não foi uma tarefa fácil de ser realizada, tendo em vista que os mesmos podem ter sido alterados conforme os desejos pessoais do tribunal da época.

Ainda que seja quase impossível alcançar os relatos verdadeiros dos fatos, cabe ao profissional e ao pesquisador de História Política analisar os testemunhos, para que assim, consiga chegar às conclusões diferentes do que, talvez, um tribunal tomasse como verdade. Não se trata aqui de pesquisar os processos judiciais, mas sim analisar sistematicamente os IPM para compreender o que realmente ocorreu, diante da perspectiva do indiciado.

Resultados e discussões

A partir da análise do IPM de número 282, foi possível observar questões à cerca da perseguição de partidos políticos, repressão daqueles que, de alguma forma, estavam ligados aos movimentos do cenário político brasileiro. Ganhou também destaque o fato de que o Tribunal Militar que julgava os Inquéritos era todo composto por grande maioria de militares, com a presença minoritária ou inexistente de juízes civis, o que dá a dimensão das sentenças proferidas.

Conclusão

A partir da análise do IPM – BNM 282 e dos documentos históricos estudados na pesquisa, é possível concluir que a Ditadura Militar, que teve seu início em 1964, utilizando seus instrumentos de exceção torturou, perseguiu e reprimiu todos aqueles ligados a partidos políticos e movimentos sociais, sendo que o caso aqui estudado foi a perseguição aos militantes do Partido Comunista Revolucionário Brasileiro. É possível concluir, também, que o governo militar manipulou a sociedade brasileira com a ideia da presença de um “inimigo interno”. Submetendo a análise em questão, é possível verificar a perseguição feita aos réus Ademir Joel Cardoso e Arnaldo Agenor Bertone por praticarem atos subversivos e, também, por serem membros do Partido Comunista Revolucionário Brasileiro.

Agradecimentos

Meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que, de alguma maneira, colaboraram com a elaboração deste Projeto de Iniciação Científica. Agradeço ao Prof. Dr. Angelo Piori pela orientação, pela confiança e, também pela oportunidade. Agradeço também ao co-orientador Ederson Silva pela paciência e pela orientação do primeiro artigo; quero agradecer também a minha amiga e companheira de projeto Rute Fregonezi que me acompanhou e esteve sempre presente em todas as dificuldades e alegrias. Gostaria de agradecer imensamente a Fundação Araucária pela bolsa de iniciação científica. Muito obrigada a todos aqueles que torceram pela elaboração dos artigos e o desenvolvimento do projeto, em especial minha

família e amigos, sem todas essas pessoas, não seria possível realizar a Iniciação Científica.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil: (1964-1985)**. 2ª. ed. Bauru: Edusc, 2005.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Um relato para a história: Brasil: nunca mais** – 20 ed. -. Petrópolis – RJ: Vozes, 1988.

BNM DIGITAL. **BNM: Brasil Nunca Mais digital**. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>. Acessado em 29 jul. 2017.

BRUNELO, Leandro. **Repressão política na terra das araucárias: a Operação Morumbi em 1975 no Paraná. 2006**. 151 f. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.